DIPLOMACIA

Mauro Vieira admite na ONU: "Falhamos"

Chanceler lamentou a "falta de união" dos países para enfrentar a crise no Oriente Médio

» HENRIQUE LESSA

Getty Images via AFP

Vieira critica falta de consenso no Conselho de Segurança: "Todos estão vendo nossa incapacidade de nos unir"

O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, ontem, na véspera do fim da presidência do Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU), subiu o tom em um discurso duro sobre a paralisia do órgão, que tem "repetida e vergonhosamente fracassado" na resposta ao conflito entre Israel e o grupo terrorista Hamas.

"O Conselho de Segurança faz reuniões e ouve discursos, sem ser capaz de tomar uma decisão fundamental: acabar com o sofrimento humano. Milhares em Israel e na Palestina estão em luto pelos seus amados. Enquanto israelenses sofrem com o destino dos reféns, os moradores de Gaza sofrem com uma operação militar implacável que vem matando civis, incluindo uma intolerável quantidade de crianças. Nós temos os meios para fazer alguma coisa e até agora, repetidamente, falhamos vergonhosamente", disse o chanceler brasileiro, referindo-se as mais de 8 mil mortes no conflito no Oriente Médio.

As declarações foram dadas enquanto Vieira presidia a reunião extraordinária do conselho, chamada pelos países da Liga Árabe, para discutir o conflito.

"Tanques e tropas estão no terreno em Gaza, e o tempo para agir está acabando. Minhas perguntas a todos vocês são: se não agora, quando? Quantas vidas mais serão perdidas até que nós, finalmente, passemos do discurso para a ação?", questionou o brasileiro.

Além da questão humanitária, uma linha constante na atuação da diplomacia brasileira, a estratégia de subir o tom busca pressionar os outros integrantes do colegiado em construir uma resolução que aponte para o respeito da questão humanitária na Faixa de Gaza. A expectativa é que, com a saída do Brasil da presidência rotativa e com a China assumindo a função durante o mês de novembro, se torne mais difícil a aprovação de qualquer texto.

Desde o início do conflito, em 7 de outubro, quatro resoluções foram propostas no órgão mais importante da ONU: duas pela Rússia, que não obteve o número mínimo de votos, uma pelo Brasil — vetada pelos Estados Unidos — e uma dos EUA, vetada por Rússia e China. Agora, o Brasil corre contra o tempo para conseguir apresentar alguma ação concreta do colegiado antes do fim de seu período na presidência rotativa, que termina hoje.

> **Enquanto israelenses sofrem com o destino dos reféns, os moradores de Gaza sofrem com uma operação militar implacável que vem matando civis, incluindo uma intolerável quantidade de crianças. Nós temos os meios para fazer alguma coisa e, até agora, repetidamente, falhamos vergonhosamente"**
>
> ***Mauro Vieira,*** *ministro das Relações Exteriores*

Os esforços da diplomacia brasileira serão retomados, hoje, em favor de uma proposta base de resolução que tem sido negociada com os outros 14 integrantes do Conselho, mas a avaliação de diplomatas que acompanham os debates é que o texto dificilmente conseguirá o consenso necessário. Com a posse da China na presidência rotativa, a aposta é que os Estados Unidos e seus aliados ocidentais dificilmente aceitariam aprovar uma resolução coordenada pelos chineses.

"Nós continuamos em um impasse em razão de divergências internas, particularmente, entre alguns dos membros permanentes, e graças ao uso persistente do Conselho para alcançar seus próprios propósitos, em vez de colocar a proteção de civis acima de tudo", disse Vieira, criticando o embate entre estadunidenses, chineses e russos.

Estados Unidos, Reino Unido, França, Rússia e China são membros permanentes no Conselho de Segurança, assim com direito de vetar as propostas de resoluções. Os europeus, no entanto, não fazem uso do instrumento desde 1989.

Com a ampliação do antagonismo entre Washington, de um lado, e o bloco oriental — com Moscou e Pequim, do outro —, na prática, o conselho tem vivido em paralisia, sem conseguir aprovar resoluções desde 2016.

"As graves e sem precedentes crises humanas diante de nós exigem que rivalidades estéreis sejam abandonadas. O fato de o Conselho não ser capaz de cumprir sua responsabilidade de salvaguardar a paz e a segurança internacionais devido a antigos antagonismos é moralmente inaceitável", completou Vieira.

Governo envia alimentos do MST à Gaza

» VICTOR CORREIA

FAB/Divulgação

Avião da Presidência decolou para o Egito com 2 toneladas de alimentos, doados pelo MST aos palestinos de Gaza

O governo brasileiro enviou, ontem, uma doação de 2 toneladas de alimentos fornecidos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para a Faixa de Gaza, que está sob bombardeios e invasão de Israel. A carga inclui arroz, derivados de milho e leite em pó. O avião VC-2, cedido pela Presidência da República, decolou da Base Aérea de Brasília às 18h, rumo ao Egito, que faz fronteira terrestre com Gaza.

A entrada de caminhões com ajuda humanitária foi permitida na passagem de Rafah, o único acesso possível ao enclave palestino. No domingo, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), 24 veículos com alimentos, água e medicamentos entraram na zona de guerra — o maior comboio até o momento.

"O governo federal e a sociedade civil farão nova contribuição para os esforços internacionais de assistência humanitária aos afetados pelo conflito na Faixa de Gaza, com a doação de 2 toneladas de alimentos oferecida pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). O carregamento de arroz, derivados de milho e leite em pó será levado por avião da FAB que parte hoje do Brasil para o Egito", anunciou o Itamaraty, em nota.

Caminhões com ajuda humanitária aguardam no Egito a oportunidade para cruzar a fronteira e adentrar no território de Gaza, o que não tem momento certo para ocorrer. Nos últimos dias, o conflito se intensificou com a invasão por terra por parte das forças de Israel. Um grupo de 24 brasileiros e 10 parentes palestinos aguardam, no Sul de Gaza uma oportunidade para deixar a região. Eles relatam ao Itamaraty que falta de alimentos, água e outros recursos básicos.

A guerra entre Hamas e Israel já dura três semanas, com 8 mil palestinos e 1,4 mil israelenses mortos — a maioria perdeu a vida no dia dos ataques do Hamas, em 7 de outubro.

Segundo o MST, o objetivo é doar um total de 100 toneladas de alimentos para a Palestina. "Estamos doando leite, arroz, farinha de milho e açúcar para as famílias de Gaza, em especial, para as crianças. As pessoas que não estão morrendo com os bombardeios estão sob profundo risco de morrer de fome, de falta d'água, de alimentação", disse a dirigente nacional do movimento Cassia Bechara, em vídeo divulgado pelo MST. Os alimentos doados foram produzidos pelos próprios sem-terra.

> **24**
>
> **brasileiros e cerca de 10 parentes deles aguardam, no sul da Faixa de Gaza, autorização para deixar o enclave palestino por meio da passagem de Hafah, na fronteira com o Egito**

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.df@dabr.com.br

Um tiro abaixo da linha d'água no deficit zero

Se a vida do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já era dura com a meta de deficit zero, ficou mais difícil depois que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva abriu mão desse objetivo, jogando a toalha antes mesmo de começar o segundo tempo, porque essa meta era para 2024. Foi um tiro abaixo da linha d'água na blindagem da política econômica, cujo rombo Haddad tentou tapar, ontem, em entrevista coletiva, sem sucesso, porque não pode desdizer o presidente da República nem prometer o que ainda depende de o Congresso aprovar.

Haddad evitou responder sobre uma nova projeção da meta fiscal para 2024. Nos bastidores, a equipe econômica agora trabalha para conter o deficit entre 0,5% e 1% do Produto Interno Bruto (PIB). Haddad minimizou o desgaste da equipe econômica, tentou responder, mas o maior problema são as interrogações que continuam abertas ao mercado. "A minha meta está mantida", disse Haddad. Esqueceu ou não quis falar sobre deficit zero, disse apenas que pretende antecipar medidas previstas para 2024 para buscar o equilíbrio fiscal.

Sustentar a meta de deficit zero era uma narrativa estratégica para conter a pressão por gastos do Congresso em ano eleitoral. E, também, sinalizar para o mercado a direção que se pretende seguir. Mesmo que a meta possa ser inatingível, abrir mão desse objetivo sinaliza frouxidão fiscal, o que já repercutiu no mercado, com alta dos juros futuros e do dólar. Também abre a porteira para a boiada das emendas parlamentares impositivas.

Deputados e senadores querem abocanhar uma fatia ainda maior do Orçamento da União do próximo ano, com a introdução da chamada "emenda Pix", proposta do relator da Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), deputado Danilo Fortes (PP-CE). Significa a liberação automática das verbas das emendas impositivas, sem intermediação do governo federal. No Congresso, a lei da gravidade é reduzir impostos e aumentar os gastos, mesmo que a conta não feche. Se ninguém puxar para cima, o equilíbrio fiscal despenca.

De certa forma, o presidente Lula jogou a equipe econômica aos leões. Haddad esteve com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para debater a aprovação do PLP 136/23, de autoria do governo federal, que aborda a reposição de perdas dos estados e municípios decorrentes das mudanças do ICMS dos combustíveis (LCPs 192/22 e 194/22) feitas no ano passado, durante o governo de Jair Bolsonaro.

O PLP 136/23 consolidará a reforma do imposto interestadual, que passou a ser uniforme em todo o território nacional e a ter alíquota fixa (ad rem) para a gasolina e o etanol anidro (desde junho de 2023), e o diesel e o GLP (desde maio). O projeto tramita em regime de urgência, mas há divergências entre Fazenda, governadores, prefeitos e distribuidoras de combustíveis.

Haddad pretende incorporar as cláusulas do acordo firmado no Supremo Tribunal Federal (STF) entre União, estados e municípios, com mediação do ministro Gilmar Mendes, na ADPF 984, para repor o caixa das unidades federativas que perderam receitas em decorrência das LCPs 192/22 e 194/22. O montante a ser pago chega a R$ 27 bilhões até 2025. Os repasses mensais aos municípios, nos próximos três anos, somam 25% (R$ 6,75 bilhões) desse total.

Emendas anabolizadas

Outras medidas que dependem de aprovação do Congresso são a reforma tributária, que voltou para a Câmara, e a taxação das aplicações em offshores, que seguiu agora para apreciação do Senado. Havia uma expectativa de que a mudança na direção da Caixa Econômica Federal (CEF) reduzisse as dificuldades do governo com a Câmara, mas as declarações de Lula fragilizaram Haddad, que agora terá que negociar com os líderes em mais desvantagem.

Uma das razões do sucesso do Plano Real foi a blindagem da equipe econômica liderada pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, no processo de reformas administrativa, previdenciária e patrimonial, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e o então presidente da Câmara, Luiz Eduardo Magalhães (antigo PFL-BA). Blindagem política é vital para o sucesso de qualquer política econômica.

A grande incógnita são as reais motivações de Lula. Se foi um "sincericídio", diante das dificuldades reais para alcançar a meta, suas declarações têm uma dimensão negativa que pode ser corrigida por ele próprio e/ou pelas ações da Fazenda. Se é uma mudança de rumo na política fiscal, em atenção à cúpula do PT e ao ministro da Casa Civil, Rui Costa, porta-voz de seus colegas na Esplanada, pode ser o começo de um grande desastre. Porque exacerbará as demandas de gastos e uma espécie de "meu pirão primeiro" generalizado.

Sabe-se que há no governo atores que divergem da política econômica e que gostariam que o ministro da Fazenda fosse um economista do PT, como o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, ou o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega. Naturalmente, a ambiguidade criada por Lula não contribui para o sucesso de sua própria política econômica. O pior dos mundos será uma coalizão do Centrão com a bancada do PT para anabolizar as emendas parlamentares ao Orçamento da União de 2024.